ATA DA 8ª REUNIÃO DE DN BIÊNIO 2022/2024 (Extraordinária)

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às dez horas, foi instalada, no formato virtual, pela Plataforma Zoom, a 8ª Reunião da Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, convocada extraordinariamente, para discutir e deliberar sobre a Campanha Salarial 2023, que vem sendo construída com o Fonasefe. A mesa foi coordenada por Artemis, Coordenadora - geral, que inicialmente colocou que pela própria dinâmica sinalizada pelo governo, de ter a intenção de concluir o processo de negociações, o mais breve possível, a Direção Nacional terá que tirar alguns encaminhamentos, para que todos, em uma força-tarefa possam atuar até o dia vinte e oito de fevereiro. Finalizando, Artemis informou que a convocação da reunião foi uma ação do plantão da semana, que foi constituído por Artemis, Tânia, Matheus e Roberto Walace como plantão de base. Em seguida passou a palavra para os informes da coordenação-geral à Elenira Vilela. Elenira destacou inicialmente, que neste momento, a campanha salarial foi tratada como emergencial também com o governo, sendo combinado que não será feito todo o debate sobre a metodologia de mesa de negociação, e, portanto, não há Portaria para quem participar nesse momento emergencial da rodada. Informou que há uma decisão do Fonasefe para que seja feito um revezamento na representação das entidades. Informou também que estão sendo tratados, nesse momento, os quatro pontos protocolados, que tem a ver com o reajuste salarial, com a revogação, com a instalação das mesas específicas e o reajuste de benefícios. Informou que o governo não queria formalizar a proposta no dia dezesseis, só o fez por pressão feita pela representação do Fonasefe, ao mesmo tempo em que destacou que o Sinasefe tem tido um papel importante no debate para garantir a representação de mulheres nas mesas e que entre as seis pessoas que falaram pelo Fonasefe/Fonacat, duas foram mulheres. Sobre as negociações Elenira informou que o Sinasefe conseguiu forçar o debate no Fonasefe, para fazer com que o governo apresentasse por escrito sua proposta. Segundo Elenira, o governo colocou mais possibilidades e formalizou apenas parte dessas possibilidades, o que foi avaliado por todo(a)s como uma questão tática do governo. O Fonasefe vem discutindo a intensificação das pressões sobre o governo, para que este vá em busca de mais verba e que seja calculado aproximadamente duzentos reais de reajuste no auxílio-alimentação por fora da verba prevista orçamentariamente; e que dentro do Fonasefe/Fonacat, há posicionamentos bem diferentes com relação às pressões para se conseguir mais ou não dos 11,2 bilhões. Elenira informou que após muita divergência e discussão, a decisão do Fonasefe/Fonacat foi a de chamar o governo para reunir novamente no dia 28/02 e que a maioria das entidades se propôs, emergencialmente, a realizar debates com as bases, socializando, além do cenário divulgado formalmente, os demais cenários apresentados pelo governo e o caminho de pressões que vem sendo feito sobre o governo. Encerrando, Elenira avaliou como importante e necessária a convocação de assembleias virtuais e uma Plenária Nacional virtual, emergencial da categoria; lembrou que foi definido também no Fonasefe/Fonacat, que as entidades que tiverem condições, enviem representações para Brasília no dia 28/02, para fazer uma movimentação, enquanto a mesa de negociação acontece. A seguir, David Lobão informou que a tática do movimento foi a de que o governo tinha que responder às reivindicações, e que foi aceito pelo governo, que respondeu e iniciou colocando na mesa que a discussão é emergencial, mas que assumia o compromisso formal de que a mesa de negociações de dois mil e vinte e quatro ainda seria instalada e que seria aberta à discutir todos os problemas pautados pelos servidor(a)s. Lobão avaliou a posição como uma grande vitória para a categoria e que é importante a divulgação nas bases, pois o que está em discussão neste momento não são as perdas salariais e sim um aumento emergencial, em função, do que foi feito pelo governo anterior, e que tão logo seja concedido o

reajuste emergencial, será iniciada, de fato, a Campanha Salarial dois mil e vinte e quatro. Segundo Lobão, o governo não deixou claro se serão instaladas mesas para discutir a reestruturação das carreiras, e que este só menciona a Mesa Geral Permanente. Na discussão emergencial o governo inicia colocando não ser responsável pela LOA, que impõe grandes limitações, o que dificulta a liberação de uma margem para conceder o que vem sendo reivindicado. Lobão colocou ainda, que o governo reconhece que há carreiras com perdas maiores, e que por isso chegou a pensar na possibilidade de não conceder um reajuste emergencial linear, porém, foi orientado pelo jurídico de que a LOA está amarrada, e que isso poderia ocasionar problemas jurídicos esse ano. Com isso, o governo recuou e surgiu a proposta do reajuste do auxílio – alimentação. Foi aprovado pelo Fonasefe que a proposta será entregue por escrito e se baseará nos seguintes pontos: a) não será aceita a limitação dos 11,2 bilhões, pois há informações que há condições de repasse de verba de contingenciamento para o reajuste dos servidores, portanto será reivindicado um índice melhor; b) não será aceito que o valor usado para o reajuste seja retirado do valor que será utilizado para o reajuste salarial; c) Será cobrada do governo a revogação da Portaria 10.723; d) Início das negociações da Campanha Salarial de 2024, no máximo no início de abril. A seguir, Artemis agradeceu a disponibilidade de toda(a)s, o que demonstra o compromisso e a responsabilidade política da Direção Nacional; avalia que falta ainda um debate mais profundo e cuidadoso sobre a questão dos aposentados, uma vez que o reajuste do auxílio – alimentação não contempla esse segmento e não há tempo para se discutir e fazer essa inclusão e que o Sinasefe também tem a tarefa e responsabilidade de tensionar e pautar o aumento da contrapartida da empregadora do auxílio – saúde, ainda para dois mil e vinte e três e que é importante que seja pensada uma forma de repasse do reajuste para que seja feita uma pequena compensação no vencimento base dos aposentados, a fim de que estes sejam minimamente compensados. Finalizando, Elenira complementou informando outras duas grandes vitórias da luta, fora da pauta orçamentária, que foram o comprometimento do governo, por escrito, de que está fazendo os trâmites para a retirada da PEC 32 de tramitação e a abertura de concursos, o mais rápido possível. Em seguida foram feitos alguns esclarecimentos e o debate foi aberto. Foram feitas várias falas, esclarecidas dúvidas e apresentadas propostas. Artemis lembrou que a ideia de realização de uma plenária antes do dia 28/02, seria para que o Sinasefe tivesse um retorno do que foi discutido com as bases nesse intervalo de tempo até o dia 27/02. Encerradas as falas, Artemis fez a leitura das propostas de encaminhamento apresentadas durante o debate e foi feita ampla discussão. Não houve consenso com a proposta de a DN custear as despesas de Elenira Vilela, na mesa de negociações de dois mil e vinte e três com o MGI, quando esta representar a Intersindical. Diego Rodolfo colocou sua contrariedade, no sentido de que essa aprovação pode abrir precedentes para outras entidades, e ou, Centrais futuramente. Foram feitas várias falas acerca do encaminhamento e breve discussão. Ao final, Ivo da Silva e Artemis fizeram um apelo político a Diego, para que o mesmo retirasse sua contrariedade, em nome do consenso. Com a palavra, Diego retirou sua contrariedade em favor do consenso, uma vez que uma votação não mudaria o resultado, porém, solicitou o registro em Ata sua abstenção nesta discussão e na decisão da reunião para esta questão**.** Superado o debate, foram aprovados os seguintes **encaminhamentos: 1)** Elaborar e encaminhar às bases, documento da Direção Nacional, com os seguintes pontos: a) Avaliação da DN sobre o dia 16 e perspectivas para o dia 28/03; b) Documento com informes de perguntas e respostas, mobilizando as bases, assembleias de base, etc.; c) Orientação às seções para realização de assembleias gerais e amplas mobilizações nas bases com materiais impressos, nas redes, etc. d) Orientar às seções que puderem a enviarem representantes para Brasília no dia 28/02 e aquelas que tenham condições definam quantos podem enviar. **2)** O Sinasefe custeará as despesas para a participação da coordenadora Elenira Vilela na mesa de negociações de 2023 com o MGI, quando esta representar a Intersindical; **3**) Após a mesa de 28/02, a Direção Nacional construirá (seguindo as mobilizações e assembleias de base), a convocação de Plenária nacional para ampla discussão com a categoria. Encerrando a reunião Artemis reafirmou sua confiança no(a)s companheiros de

DN que estão à frente das negociações nas mesas com o governo e, na oportunidade enfatizou a responsabilidade política e o compromisso da DN e mais uma vez agradeceu a disponibilidade de todo(a)s para a realização da reunião, que no seu entendimento foi muito importante e produtiva. E nada mais havendo a tratar deu por encerrada a 8ª Reunião da Direção Nacional biênio 2022/2024. E eu, Rita Sidmar Alencar Gil, Secretária – Geral lavrei o presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por demais membros desta Direção Nacional.